



Caderno de Provas

CCMN 19 – NS

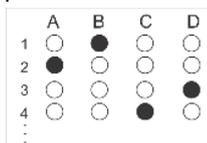
ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – PREGOEIRO

Edital Nº. 001/2023 –
Câmara Municipal de Natal/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Lógica	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO

A cor da injustiça ambiental no Brasil

Carolina Azevedo e Samantha Prado

Na semana do Carnaval, o litoral norte de São Paulo foi afetado por um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. Foram mais de 680 milímetros de chuva acumulados no período de 24 horas, o maior registro do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) no país até o momento – o que resultou na devastação de diversas áreas nas cidades de Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba. Ao todo foram 65 mortos e mais de 2 mil pessoas entre desabrigados e desalojados.

A situação não pode ser lida apenas como um evento extremo isolado. Desastres bastante similares têm ocorrido nos últimos anos, como as inundações em Petrópolis (RJ) e Pernambuco em 2022. O que esses episódios têm em comum? Os mais afetados são majoritariamente a população pobre e negra.

Com o objetivo de analisar como os efeitos da crise ambiental se manifestam de forma territorialmente desigual, impactando desproporcionalmente certas populações a depender do seu grau de vulnerabilidade, o Instituto Pólis realizou o estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades”. De acordo com a pesquisa, esse desequilíbrio é, em parte, a expressão da injustiça e do racismo ambientais nas cidades brasileiras. “Temos visto nos últimos anos, especialmente no verão, diversos desastres no país – e também quais foram suas vítimas. Acompanhamos um agravamento das situações e, com certeza, o negacionismo no momento de compreender as mudanças climáticas e seus impactos urbanos está dentro da lógica de como construímos as nossas cidades”, declara Maria Gabriela Feitosa dos Santos, uma das pesquisadoras que fez parte da produção do estudo.

Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras. Observando o censo do IBGE de 2010, é possível ver que a renda é maior nas áreas onde a população residente é mais branca do que negra – territórios que condizem com condições de urbanização e saneamento melhores, contando com maior investimento público. Mais dados do censo mostram que os chamados aglomerados subnormais, áreas caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação, reiteram o padrão territorial observado. Nas três cidades estudadas pelo Instituto Pólis – São Paulo, Recife e Belém –, o percentual de pessoas negras que residem em áreas desse tipo supera as médias de cada município, evidenciando a tendência de concentração desse grupo nesses territórios.

Em outras palavras, a distribuição demográfica e racial das cidades evidencia que a população negra vive em piores condições ambientais e com menos recursos financeiros para lidar com os impactos de eventuais emergências ou desastres – colocando-a em situação de vulnerabilidade. “Por estarmos em uma sociedade racialmente estruturada, a desigualdade social é um instrumento que opera de acordo com essa lógica. Isso pode ser visto sobretudo no funcionamento da expansão imobiliária”, diz Maria Gabriela. As áreas onde o mercado imobiliário não tem interesse acabam sendo esquecidas pelo poder público, deixadas de lado no quesito de criação de infraestrutura e, por isso, tornam-se locais mais baratos e viáveis para serem ocupados pela população mais vulnerabilizada. “Essa desigualdade gera riscos socialmente produzidos. São escolhas feitas pelas políticas urbanas que a gente tem adotado e implementado, gerando uma lógica de ocupação de risco”, completa Feitosa dos Santos.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
EDITAL Nº 001/2023

Todo esse quadro expõe a forma como os conceitos de justiça socioambiental e racismo ambiental são intrincados: enquanto o primeiro caracteriza a produção de impactos desiguais pelo meio ambiente, que sobrecarregam grupos minoritários e a população de baixa renda; o racismo ambiental evidencia as consequências dessas degradações, concentradas em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Para além do déficit habitacional, está a diferença de tratamento entre comunidades de baixa renda e condomínios de luxo em áreas sujeitas a desastres ambientais. Não bastando serem proibidas pela classe média e alta de construir moradia nas faixas de terra mais seguras, populações assentadas em áreas de risco ambiental são frequentemente retiradas à força e sem qualquer garantia de direitos, enquanto moradores de condomínios e chácaras são tratados por autoridades com complacência.

Esse é o caso de moradores das margens da Represa Billings, no extremo sul da cidade de São Paulo. Segundo mapeamento do Instituto Pólis, comunidades de baixa-renda do Jardim Noronha receberam de autoridades quatro ameaças de remoção, dada a fragilidade ambiental e o risco apresentado pela área de mananciais. O tratamento, no entanto, não se estendeu para o loteamento de chácaras Jardim Moraes Prado, bairro vizinho também colado à represa. O caso evidencia que a intervenção pública é também pautada pelo racismo ambiental, como explica Feitosa dos Santos: “Há uma tendência de criminalização de muitas dessas áreas em detrimento de ocupações de alto padrão que dividem a mesma área e ainda assim não são alvo da mesma criminalização que acontece com as ocupações. É necessário compreender esse cenário e incluir a população marginalizada dentro dessa demanda.”

Ou seja, no contexto de desastres climáticos como as chuvas que assolaram o litoral paulista, políticas paliativas voltadas para regiões ricas das cidades não são o bastante, dado que as mudanças climáticas continuarão agravando a situação de comunidades periféricas a cada ano. “É necessário que se reverta essa lógica de políticas paliativas por políticas perenes, que antecedam esses fenômenos. Elas não necessariamente vão evitar mas vão dar capacidade de resiliência a essa população”, defende a pesquisadora.

Para isso, é necessário entender a crise climática a partir de uma perspectiva social e racial, como propõe o Instituto Perifa Sustentável, que reivindica a democratização e a representatividade das juventudes nos locais de tomada de decisão em relação a políticas ambientais. Amanda Costa, diretora executiva do instituto, advoga: “Falar de clima é falar de um direito básico. Quando pensamos em direitos básicos pensamos em saúde, educação, transporte, mas o clima é uma questão transversal, que afeta todas as outras.” Como respostas, a ativista sustenta inverter a lógica que permeia a elaboração de políticas públicas nas cidades: partindo mais frequentemente de regiões ricas e majoritariamente brancas, políticas ambientais e sanitárias precisam colocar a periferia no centro.

No entanto, em uma sociedade estruturalmente racista, quem mais sofre menos é ouvido. Os espaços de debate ambiental e de elaboração de políticas públicas ainda são dominados por homens brancos, como conta Mahryan Sampaio, do Instituto Perifa Sustentável: “O fato de eu dialogar com pessoas que não têm a mesma cor que eu mas estão ocupando os espaços de poder é um caso de racismo ambiental. Recentemente, Marina Silva nos convidou para conversar com os patriarcas e as matriarcas do ambientalismo brasileiro. Nós éramos as únicas pessoas pretas e jovens. Isso é racismo ambiental”.

Para que populações periféricas possam viver com dignidade nas cidades brasileiras, é necessário pensar na questão climática de maneira interseccional, pois a injustiça ambiental no Brasil tem cor. Será apenas colocando pessoas pretas, indígenas e periféricas nos locais de tomada de decisão que discussões levantadas em fóruns como a COP 26 – da qual as ativistas do Perifa Sustentável participaram – podem se reverter em políticas efetivas de combate a desastres climáticos e tantas outras questões do dia a dia na periferia, das ruas tomadas por lixo ao problema do saneamento básico. “Colocar essas pessoas no poder é olhar para a base, para quem está no território e entende sua complexidade. O olhar que está lá tem cor e é limitado, pouco diverso, ele não inclui. Esse é um momento histórico para a questão ambiental, que viu um grande desmonte nos últimos quatro anos”, completa Costa.

Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-cor-da-injustica-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 3 de mar. 2023. [Adaptado]

01. Para compreender o título do texto, o leitor

- A) deve considerar, tão somente, o seu conhecimento linguístico.
- B) deve considerar, tão somente, o sentido metonímico da expressão “cor da injustiça”.
- C) deve, além de recuperar o sentido denotativo, considerar as informações contidas no texto.
- D) deve, além de recuperar o sentido conotativo, considerar as informações desenvolvidas no texto.

02. A intenção prioritária do texto é

- A) discordar da discussão sobre “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” desenvolvida pelo Instituto Pólis.
- B) apresentar os resultados de um estudo desenvolvido em três capitais brasileiras de regiões distintas, sobre Racismo ambiental e justiça socioambiental.
- C) desenvolver uma opinião totalmente alicerçada em dados apresentados pelo estudo desenvolvido pelo Instituto Pólis e pelo IBGE.
- D) concordar parcialmente com o ponto de vista dos que defendem que há um tratamento diferenciado em relação à distribuição demográfica e racial das cidades.

03. A discussão desenvolvida no texto é realizada a partir de uma questão

- A) polêmica: o que os desastres ambientais têm de intersecção?
- B) polêmica: a justiça ambiental no Brasil opera de maneira desigual?
- C) não polêmica: como o racismo ambiental impacta na vida da população negra?
- D) não polêmica: por que os desastres ambientais atingem apenas a população pobre e negra?

04. De acordo com o texto, é possível inferir que

- A) a elaboração de políticas públicas jamais será dominada por homens pretos.
- B) os debates ambientais eram conduzidos majoritariamente por homens brancos
- C) a elaboração de políticas públicas já é conduzida por homens pretos.
- D) os espaços de debates ambientais já foram exclusivamente dominados por homens brancos.

05. No período “**Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras**”,

- A) o sujeito do verbo “**existir**” foi flexionado no singular por se encontrar elíptico.
- B) o verbo “**existir**” não tem sujeito por ser um verbo impessoal, tal qual o verbo “**haver**”.
- C) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como sujeito do verbo “**existir**”.
- D) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como objeto direto do verbo “**existir**”.

- 06.** Considerando o texto em sua totalidade, a sequência dominante apresenta-se estruturada em
- A) apresentação de ponto de vista, de argumentos por meio de dados e de conclusão.
 - B) problematização inicial, explicações ao questionamento proposto e avaliação do problema.
 - C) revelação do tema, enumeração das características relacionadas ao problema e retomada do tema.
 - D) apresentação de um problema, das ações relacionadas ao problema, da resolução e da avaliação do problema.
- 07.** Nos parágrafos 9 e 12, o conector “**no entanto**” é utilizado para interligar
- A) períodos, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - B) orações, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - C) respectivamente períodos e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
 - D) respectivamente orações e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
- 08.** No quinto parágrafo, as informações são introduzidas pela expressão “**em outras palavras**” e, no décimo parágrafo, pela expressão “**ou seja**”. Essas expressões são
- A) sinônimas e têm a função de explicitar informações apresentadas anteriormente.
 - B) sinônimas e têm a função de retificar informações que foram apresentadas anteriormente.
 - C) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira acrescenta dados complementares, e a segunda explicita informações apresentadas anteriormente.
 - D) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira parafraseia o parágrafo anterior, e a segunda retifica informações apresentadas anteriormente.
- 09.** A ideia central do primeiro parágrafo encontra-se
- A) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - B) explícita no primeiro período e é desenvolvida nos dois períodos seguintes; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - C) explícita no último período e sintetiza as informações contidas nos dois períodos anteriores; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.
 - D) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.

10. Considere o parágrafo abaixo.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Nesse parágrafo, há presença

- A) tão somente de uma citação direta, que se coaduna com o pensamento das autoras e se caracteriza pela transcrição das palavras da fonte citada e pelo uso de aspas.
- B) tão somente de uma citação indireta, que se contrapõe ao pensamento das autoras e se caracteriza pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- C) de duas citações indiretas, que se contrapõem ao pensamento das autoras e são caracterizadas pela paráfrase do pensamento da fonte citada pelo uso de aspas.
- D) de uma citação direta e outra indireta, que se coadunam com o pensamento das autoras e são caracterizadas por serem introduzidas por um verbo de dizer.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. A sequência a seguir possui cinco palavras de seis letras e obedece a um princípio lógico: CABEÇA, FEDIDO, BIFASE, INHAME, X. A palavra que substitui, correntemente, o X é
- A) REGALO.
B) CAJADO.
C) VIROSE.
D) FALADA.

12. Considere a construção da tabela-verdade abaixo

Linha	A	B	C	$A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$
1	V	V	V	
2	V	V	F	
3	V	F	V	
4	V	F	F	
5	F	V	V	
6	F	V	F	
7	F	F	V	
8	F	F	F	

Os resultados obtidos para a proposição $A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$, na ordem crescente das linhas ímpares, são

- A) FFVF.
B) FVVV.
C) FFVV.
D) VFFV.
13. Três amigos resolveram fazer o concurso da Câmara Municipal de Natal-RN. O primeiro mora em Parnamirim; o segundo, em Macaíba; e o terceiro, em Natal. Os nomes desses amigos são Abel, Beto e Carlos. Os três possuem formações acadêmicas distintas e concorrerão a vagas diferentes no concurso: jornalista, contador e administrador. Sobre os três amigos, sabem-se as informações abaixo.:
- O que mora, em Parnamirim, nem é contador nem administrador;
 - O que mora, em Macaíba, não se chama Carlos nem Beto;
 - Nem Beto nem o contador moram em Natal.

A partir dessas informações, conclui-se que

- A) Abel mora em Macaíba e é jornalista.
B) Carlos mora em Parnamirim e é contador.
C) Abel mora em Natal e é administrador.
D) Beto mora em Parnamirim e é jornalista.
14. A negação da frase: “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro” é:
- A) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste ou seu povo não é o mais hospitaleiro”.
B) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro”.
C) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.
D) “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.

15. Se a afirmação (I) “Se eu sou potiguar, sou nordestino” é dada como verdadeira, então, a afirmação (II)

- A) “Se eu não sou potiguar, sou nordestino” é verdadeira.
- B) “Se eu não sou nordestino, sou potiguar” é verdadeira.
- C) “Se eu não sou potiguar, não sou nordestino” é equivalente à afirmativa (I).
- D) “Se eu não sou nordestino, não sou potiguar” é equivalente à afirmativa (I).

16. Os números distribuídos nas linhas e colunas do quadro a seguir obedecem a determinados padrões.

3	7	7	A
B	11	23	12
7	15	C	32
9	D	79	60

A soma dos números que ocupam o lugar das letras A, B, C e D é igual a

- A) 42.
 - B) 71.
 - C) 99.
 - D) 84.
17. Em um concurso público, estão disponíveis três vagas para Assistente Geral, cuja exigência é que os aprovados tenham curso superior. Na fase final do concurso, ficaram classificados seis candidatos com formação em Direito, oito candidatos com formação em Administração e dez candidatos com formação em Engenharia. Todos esses candidatos estavam empatados em todos os parâmetros previstos e, nesse caso, de acordo com o edital, o preenchimento das vagas deve ser feito por sorteio. Sorteando aleatoriamente três candidatos entre esses classificados, a probabilidade que as vagas sejam preenchidas por um candidato de cada formação é

- A) 3/352.
- B) 1/160.
- C) 24/235.
- D) 60/253.

18. Uma frase que, logicamente, não representa uma contingência é:

- A) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.
- B) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita.
- C) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Parnamirim é bonita.
- D) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.

19. No quadro abaixo, cada figura representa o valor de um número natural. Os números da coluna à direita do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas linhas, e os números da linha abaixo do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas colunas.

				22
				9
				16
				15
18	20	13	11	

Dadas essas informações, considere a seguinte operação:

$$2 \times \text{diamond with cross} + \text{sun} - \text{circle with dot}$$

O valor correspondente dessa operação é

- A) 13.
 B) 10.
 C) 14.
 D) 15.
20. Três amigos foram juntos a um evento. Chegando lá, descobriram que, para entrar, obrigatoriamente, os convidados deveriam ser maiores de 18 anos. Se José é maior de 18 anos, então João é menor. Se José é menor de 18 anos, então João é maior. Se José é maior de 18 anos, Jair é menor. Se José é menor de 18 anos, então Jair é maior. Se João é menor de 18 anos, então Jair é maior. Sendo assim, puderam entrar no evento
- A) somente José e João.
 B) somente João e Jair.
 C) somente José e Jair.
 D) os três amigos.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – PREGOEIRO

21. O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 trata dos princípios que norteiam todas as contratações públicas. É um princípio do tratamento isonômico o da
- A) Igualdade.
 - B) Legalidade.
 - C) Moralidade.
 - D) Publicidade.
22. Tem como objetivo inibir ações tendenciosas, reduzir a ocorrência de erros e, por meio da divisão de atribuições, produzir a especialização para o trabalho, otimizando e gerando eficiência administrativa. Essa descrição refere-se ao princípio do (a)
- A) Julgamento objetivo.
 - B) Legalidade.
 - C) Proporcionalidade.
 - D) Segregação de funções.
23. A Câmara Municipal de Natal realizará uma licitação para a construção de um prédio. Essa construção é considerada um serviço especial de engenharia. adota-se como critério de julgamento o maior desconto. No caso em tela, conforme a Lei nº 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, é de
- A) 10 (dez) dias úteis.
 - B) 25 (vinte e cinco) dias úteis.
 - C) 35 (trinta e cinco) dias úteis.
 - D) 60 (sessenta) dias úteis.
24. Para a aquisição de materiais de expediente, a Câmara Municipal de Natal optou por realizar um pregão na forma eletrônica. Nesse caso, conforme a Lei nº 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, é de
- A) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
 - B) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço, maior desconto ou maior retorno econômico.
 - C) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto.
 - D) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço, maior desconto ou maior retorno econômico.
25. Sobre a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que
- A) o acolhimento de um recurso implicará invalidação de todos os atos anteriores.
 - B) caso uma licitação seja anulada ou revogada, os licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para interpor recurso administrativo.
 - C) o prazo para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 é de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura do certame.
 - D) o prazo para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos é de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

- 26.** Dos atos da Administração, julgamento das propostas ou habilitação ou inabilitação de licitante, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 cabem recursos. Nesse sentido analise as alternativas abaixo e selecione a correta.
- A) A intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de preclusão, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.
 - B) O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
 - C) O prazo para a apresentação de recursos é de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.
 - D) O prazo de pedido de reconsideração é de 4 (quatro) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
- 27.** Conforme a Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser
- A) maior retorno econômico.
 - B) melhor técnica.
 - C) melhor técnica e preço.
 - D) menor preço ou maior desconto.
- 28.** Conforme o artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, “bens e serviços comuns” são aqueles cujos padrões
- A) de desempenho e de personalização não podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - B) de desempenho e de personalização podem ser subjetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - C) de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - D) de desempenho e de qualidade podem ser subjetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 29.** Os modos de disputa nas contratações públicas, conforme a Lei nº 14.133/2021, são o aberto e o fechado. Considerando que os referidos modos poderão ser utilizados de forma isolada ou conjuntamente, é correto afirmar que
- A) a utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço ou de maior desconto.
 - B) a utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço ou menor preço.
 - C) a utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
 - D) a utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior retorno econômico.

30. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, **excepcionalmente**,
- A) exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de habilitação, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação.
 - B) exigir das 3 (três) primeiras empresas colocadas a apresentação de amostra, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação.
 - C) indicar uma ou mais marcas ou modelos, em decorrência da necessidade de padronização do objeto, desde que formalmente justificado.
 - D) solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pela própria empresa licitante ou por outro órgão da Administração Pública que já tenha contratado a empresa.
31. Em relação ao julgamento das propostas previsto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que
- A) a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da (s) proposta (s) ou exigir do (s) licitante (s) que ela seja demonstrada.
 - B) a verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação as 3 (três) propostas mais bem classificadas.
 - C) nas contratações de obras e serviços de engenharia será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 90% (noventa por cento) do valor orçado pela Administração.
 - D) no julgamento das propostas de obras e serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas com valores inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
32. Em relação à Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:
- A) a concorrência é uma modalidade de licitação utilizada nas contratações de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser maior preço ou maior retorno financeiro.
 - B) o julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.
 - C) o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por mais 2 (dois) anos desde que seja comprovada a vantajosidade para a administração.
 - D) o sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou leilão, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras.
33. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a habilitação é a fase da licitação em que se verifica a documentação jurídica, técnica, econômico-financeira, fiscal, social e trabalhista das empresas, visando atestar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Sobre essa fase, sabe-se que:
- A) em sede de diligência, a Administração Pública poderá receber ou aceitar novos documentos visando à complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
 - B) mesmo em sede de diligência, a Administração Pública não poderá aceitar que o licitante atualize os documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
 - C) não poderá anteceder a de julgamento das propostas em nenhuma licitação, mesmo mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes.
 - D) será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, inclusive quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento das propostas.

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
EDITAL Nº 001/2023

- 34.** Sobre a adjudicação e a homologação de um pregão, conforme a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que
- A) a adjudicação é uma atribuição da autoridade superior e será realizada logo após a homologação.
 - B) a adjudicação será realizada pelo pregoeiro logo após o julgamento das propostas de preços.
 - C) a adjudicação do objeto e a homologação da licitação são atribuições da autoridade superior.
 - D) a homologação deverá ser realizada pelo setor jurídico, caso haja a apresentação de recursos.
- 35.** Conforme o artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas algumas sanções. Sobre elas, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.
- A) A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando o licitante ou o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - B) A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), devendo ser limitada a 35% (trinta e cinco por cento) do valor do contrato.
 - C) A sanção de impedimento de licitar e contratar alcança todos os órgãos da Administração Pública e será aplicada ao infrator pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.
 - D) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 36.** O art. 8º da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação será conduzida por agente de contratação. Nesse sentido, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta.
- A) O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
 - B) Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 4 (quatro) membros.
 - C) Em licitação que envolva bens ou serviços comuns, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 4 (quatro) membros.
 - D) Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo indeterminado, serviço de empresa ou de profissional especializado.
- 37.** Sobre o valor estimado das contratações na Lei nº 14.133/2021, afirma-se que:
- A) nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.
 - B) na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto ou maior retorno econômico, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.
 - C) na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto ou menor preço, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.
 - D) o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

38. Conforme a Lei nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas preferencialmente na forma eletrônica. Sobre isso, é correto afirmar que:
- A) Caso a Administração decida realizar a licitação na forma presencial, os prazos de publicação do edital deverão ser superiores aos da forma eletrônica.
 - B) A licitação poderá ser realizada de forma presencial, exclusivamente, nas modalidades de pregão ou concorrência.
 - C) É admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
 - D) Nas licitações para obras e serviços de engenharia, a modalidade concorrência é a única admitida na forma presencial.
39. Sobre as contratações por meio do sistema registro de preços, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, sabe-se que:
- A) a ata de registro de preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.
 - B) o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades, na respectiva ata, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.
 - C) os órgãos e entidades da Administração pública federal poderão aderir à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal, desde que comprove a vantajosidade.
 - D) o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos e entidades não participantes poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
40. Os enunciados abaixo estão relacionados ao julgamento das propostas e à habilitação das empresas conforme a Lei nº 14.133/2021. A opção que apresenta informação totalmente correta é:
- A) o edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
 - B) poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia, a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, que deverá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.
 - C) não poderá constar no edital de licitação cláusula que exija dos licitantes declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, tendo em vista que essas informações são de interesse da empresa e dos seus funcionários.
 - D) o edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.